



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LENNO RUBENS SOARES MONTE

LIMITES DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: uma análise das democracias da América Latina e seus entraves para desenvolvimento de uma democracia plena.

TERESINA-PI
2020

LENNO RUBENS SOARES MONTE

LIMITES DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: uma análise das democracias da América Latina e seus entraves para desenvolvimento de uma democracia plena.

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas.

Teresina-PI

2020

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processos Técnicos

M772L Monte, Lenno Rubens Soares.
Limites da democracia representativa : entraves ao desenvolvimento de uma democracia plena na América Latina e a análise de Surveys do Latino Barômetro de 2010 a 2018 / Lenno Rubens Soares Monte. -- 2021.
49 f.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Bacharelado em Ciência Política, Teresina, 2021.

“Orientador: prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas.”

1. Democracia Representativa - América Latina. 2. Cultura e Instituições Políticas. 3. Latino Barômetro. I. Freitas, Vítor Eduardo Veras de Sandes. II. Título.

CDD 321.8

Bibliotecária: Thais Vieira de Sousa Trindade - CRB3/1282

LENNO RUBENS SOARES MONTE

LIMITES DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: uma análise das democracias da América Latina e seus entraves para desenvolvimento de uma democracia plena.

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas.

Aprovada em: ____ de _____ de ____.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas.
Presidente

Prof^o. Raimundo Batista dos Santos Júnior
Primeiro Examinador

Prof^a. Bruno Mello Souza
Segundo Examinador

Dedico este trabalho a meus pais e a Natielly, por me apoiarem nesta nova aventura e por insistirem em meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

A etapa de agradecimentos é a última fase de um trabalho. Nela, olhamos o passado e relembramos de todos os que nos ajudaram nessa caminhada. As dificuldades foram muitas, mas, para a minha sorte, as mãos estendidas também foram em grande quantidade, e este é o momento de agradecê-las por isso.

Inicialmente, devo agradecer à Universidade Federal do Piauí – UFPI –, por todo apoio oferecido a mim durante a realização desse curso. Esse agradecimento é estendido também a todos os servidores que são as engrenagens que fazem esta instituição funcionar. Aos servidores da limpeza, de abertura das salas, aos da biblioteca e, principalmente, aos do Restaurante Universitário – RU –, que sempre frequentei.

Devo, também, um agradecimento especial a todos os professores, que, com muito empenho, transmitiram parte de seu conhecimento a minha pessoa. Em especial, ao Vítor Sandes, que teve muita paciência e enfrentou comigo essa empreitada. Não posso esquecer do professor Raimundo Júnior, sempre disposto a me ajudar quando necessário, Professora Bárbara Johas, que permitiu que a acompanhasse como monitor de uma disciplina e também uma Iniciação Científica Voluntária – ICV –, devo ainda agradecer a professora Olívia Perez, que já no final do curso sem mais forças e motivação para terminar, me encheu de ânimo novamente e me reacendeu a chama que ardia em mim no primeiro período do curso, ao professor Alexandre sempre nos ensinando a enxergar o mundo de perspectivas diferentes e a questionar sempre.

O maior agradecimento devo aos meus pais, pois nem mesmo se me fosse dado a possibilidade de viver cinco vidas seriam suficientes para recompensá-los por tudo o que me deram.

Devo agradecer, também, aos meus amigos, que em todas as vezes que precisei me foram bastante solícitos. Por mais que tente, jamais conseguirei retribuir toda a minha gratidão. Para não correr riscos desnecessários de esquecer algum nome, é melhor não citar nenhum, mas fica claro a minha profunda e imensa gratidão por todo o apoio recebido, por cada conversa, abraço e ajuda dada.

Um agradecimento todo especial a quem esteve comigo em todos os momentos dessa empreitada e que nunca, jamais, deixou de acreditar em mim, nem mesmo por um segundo. Esteve comigo e suportou tudo ao meu lado, a

você, Natielly, devo tudo e serei eternamente grato. Hoje ainda somos namorados, mas, tanto demorei para entregar este trabalho, que vejo a hora estarmos casados e eu ainda estarei escrevendo ele.

O soneto de Percy Bysshe Shelley cita um andarilho que, em meio a suas andanças, depara-se com uma estátua enorme de um rei antigo. A estátua é apenas uma ruína do que um dia foi, resta apenas os pés da mesma e sob eles há uma inscrição: “Meu nome é Ozymandias, rei dos reis: contemplem minhas obras, ó poderosos, e desesperai-vos!”

Entre as mais diversas interpretações que podemos tirar desse texto, uma é a respeito da inexorável força do tempo, do qual nenhum de nós está a salvo, e ele, em seu incomensurável poder, irá engolir a todos nós, inclusive a reis e poderosos, como foi Ozymandias.

Então, se diante da incomensurável força do tempo somos impotentes, qual a justificativa de fazer o que fazemos? Qual a justificativa de se iniciar um curso superior? Em outra obra, essa intitulada: “O Conde de Monte Cristo”, num diálogo dentro da prisão, o personagem principal da obra e um padre conversam sobre o que é mais importante para se ter na vida. Eles elencam várias coisas, dentre elas, dinheiro, fama, glória, e chegam à conclusão de que o conhecimento é a coisa mais importante, pois segundo eles é a única coisa que não poderá ser retirada de uma pessoa.

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos definir, então, que o motivo de se iniciar essa empreitada de um novo curso superior seja para obtenção do conhecimento que jamais nos será tirado. Entretanto, mais uma vez, temos que nos deparar com a lição de Ozymandias, de que o tempo é inexorável e levará embora até mesmo o conhecimento.

De forma que a pergunta ainda permanece em aberto: Porque iniciar um curso superior? A resposta a tal questionamento deve ser encontrada por cada um. A resposta que eu encontrei é que a felicidade está em se fazer aquilo que gosta, e eu gosto de aprender.

*Não se sabe o dia de amanhã, mas o
nascer do sol geralmente traz um bom
conselho.*

(Tolkien)

RESUMO

O presente trabalho visa analisar quais os entraves para o desenvolvimento da democracia representativa na América Latina. Observando de que forma as instituições devem atuar para o fortalecimento do regime democrático, utilizando como principais fontes de pesquisa os *surveys* do Latino Barômetro nos anos de 2010 a 2018, bem como análises bibliográficas de diversos autores. A metodologia aplicada ao trabalho leva em consideração métodos quantitativos e qualitativos, com análise de *surveys* e elaboração de gráficos, amparados por análises bibliográficas de teóricos que tratam sobre o tema. Utilizando diversas variáveis para auferir a qualidade da democracia, como a importância dos partidos políticos, a apatia da população, proporção de autoritários e escolaridade. Dessa forma, se fez possível observar na América Latina uma construção de ideias convergentes, que desaguarda no Autoritarismo. Tendo em vista que o apoio à democracia apenas cai desde 2010.

Palavras-chave: América Latina; Instituições; Opinião pública; Cultura política.

ABSTRACT

The present work aims to analyze which are the obstacles to the development of representative democracy in Latin America. Observing how institutions should act to strengthen the democratic regime, using LatinoBarometer surveys as the main sources of research in the years 2010 to 2018, as well as bibliographic analyzes by several authors. The methodology applied to the work takes into account quantitative and qualitative methods, with analysis of surveys and elaboration of graphs, supported by bibliographical analysis of theorists who deal with the theme. As a result, it became possible to observe in Latin America a construction of converging ideas, which would result in Authoritarianism. Bearing in mind that support for democracy has been fallen since 2010, these trends alert us to the fact that authoritarian leaders do not respect the rules of the game, causing a polarization in society and putting democracy in check.

Keywords: Latin America; Institutions; Public opinion; Political culture.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2.DEMOCRACIA REPRESENTATIVA.....	12
2.1. Liberdade dos Antigos e Liberdade dos Modernos	12
2.2. Norberto Bobbio: representação política.....	14
3. PARTIDOS POLÍTICOS E DEMOCRACIA	20
4. A RUÍNA DA DEMOCRACIA	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	42
Bibliografia	42
Sites de notícias.....	43

1. INTRODUÇÃO

Muitas vezes, naturaliza-se a ideia de que democracias simplesmente são perenes, sólidas, somente por manterem os procedimentos funcionando. Os diversos *surveys*, no entanto, podem nos mostrar um cenário completamente diferente. Muitos cidadãos simplesmente são indiferentes em relação a ter ou não democracia. Muitos desconfiam das instituições democráticas, como o Congresso, e também de organizações de representação de interesses, como os partidos políticos, conforme *surveys* disponibilizados pelo Latino Barômetro. Este trabalho nos levará a reflexões e análises dos entraves ao desenvolvimento das democracias e do fortalecimento dos regimes democráticos.

No Brasil, desde 2013, temos assistido a uma série de movimentações dos cidadãos que indicam insatisfação em relação aos governantes e às instituições representativas. Em 2013, tivemos os movimentos de junho; em 2015 e 2016, os movimentos *pró-impeachment*, além de muitos outros que se opuseram ao presidente anterior, Michel Temer, e ao atual presidente, Bolsonaro.

Essa realidade, no entanto, não é uma particularidade brasileira, mas tem atingido democracias do mundo inteiro. Do ponto de vista de muitos cidadãos, os governos e as instituições já não são capazes de responder ao que acontece, e não se sabe, ao certo, quando e como essas insatisfações serão atendidas, principalmente em um contexto de polarização política, com a dificuldade de se chegar em consensos políticos.

Para melhor compreendermos as questões abordadas neste trabalho, devemos lembrar que, durante o ano de 2019, eclodiram em várias partes do globo manifestações clamando por mais inclusão, sedentas por democracia.

Os cenários que se observam no ano de 2019 foram marcados por vários protestos e manifestações populares. Estes irromperam em várias partes do globo, como há muito tempo não se via. A exemplo disso, em Hong Kong, no mês de junho de 2019, teve início uma manifestação e a população foi para as ruas protestar contra medidas tomadas pelo governo chinês. Todo esse movimento ganhou forma de protestos contra um projeto de lei que, em determinados termos, concederia a extradição de suspeitos de crimes de Hong Kong para a China Continental. Pessoas contrárias a esse projeto afirmam que isso serviria apenas para a ocorrência de julgamentos injustos, ferindo tratados de direitos humanos com tratamentos

desumanos aos indiciados, e que todo esse projeto poderia ser utilizado para ampliar o controle da China sobre Hong Kong (atualmente uma região administrativa da China) e, por último, poderia ser utilizado como represália a quem se opusesse ao regime chinês.¹

Em outra parte do planeta, na Caxemira, em dezembro de 2019, a população irrompeu em protesto contra um ato do governo que buscava retirar a autonomia da região. A causa desses protestos na Índia se deveu à promulgação de uma lei que auxiliava o procedimento de obtenção de cidadania, mudando o critério de aprovação para a religião, fato que gerou protestos e manifestações populares na região. A lei facilitaria a obtenção de cidadania indiana para pessoas de religião hindu e, dessa forma, excluía uma população de 200 milhões de pessoas que professam o islamismo. A medida foi aprovada no governo do Primeiro Ministro Narendra Modi e foi tomada como prioridade pelo governo, pois a agenda de seu partido enfatiza a primazia hindu na Índia. Esse conflito ocorre, pois na região da Caxemira a maioria é islâmica e seus direitos estão sendo suprimidos. As pessoas contrárias ao projeto de lei afirmam que ele é inconstitucional. Entretanto, o governo se defendia das acusações afirmando que essa lei protegeria minorias religiosas que migraram para a Índia, vindas de outros países.²

Outros protestos ocorreram também na região da Catalunha, na Espanha, devido a uma sentença proferida pelo Tribunal Supremo da Espanha que atribuiu uma pena de nove a treze anos aos líderes separatistas que realizaram, no ano de 2017, um referendo ilegal objetivando a separação da região da Catalunha da Espanha, gerando uma série de protestos iniciados em outubro de 2019.³

Podemos, ainda, tratar sobre manifestações populares que ocorreram no Líbano, em outubro de 2019. Esses protestos foram realizados por boa parte da

¹ PROTESTOS em Hong Kong: o que está acontecendo no território, explicado em 3 minutos. BBC, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50457821>>. Acesso em: 11 de abril de 2020.

² MEDIDAS do governo da Índia geram protestos e acusações de autoritarismo. Gazeta do povo, 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/governo-india-lei-cidadania-internet-caxemira-protestos/>>. Acesso em: 11 de abril de 2020

³ A sentença foi recebida como um balde de água fria pelas dezenas de pessoas que se concentravam pela manhã na porta do centro penitenciário de Lledoners, onde se encontram sete dos condenados. "Não acho justo porque todos fomos votar [pelo separatismo]. Eu só quero viver em um país onde exista democracia", lamenta, entre lágrimas, a jovem Maite. É a mesma opinião de Concepció, que se aproximou da prisão com meia dúzia de pessoas. "A sentença é uma injustiça total porque todos nós desobedecemos. Eles só fizeram o que o povo pediu, que era votar", lamenta. PROTESTOS tomam a Catalunha após condenação de líderes separatistas. El País, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/14/internacional/1571042788_418131.html>. Acesso em 13 de abril de 2020.

população e tiveram início quando o governo decidiu que iria taxar chamadas feitas pelo aplicativo *Whatsapp*, mas essa ideia acabou sendo deixada de lado. Assim, dentro de pouco tempo, o cerne dos processos mudou para outras pautas como corrupção, crise econômica e deficiência em serviços públicos. Com a repercussão dos protestos, o Primeiro Ministro do Líbano, à época Saad Hariri, pediu inclusive a renúncia do cargo.⁴

Na América Latina, também ocorreram protestos. No Haiti, em outubro de 2019, a população esteve nas ruas pedindo a saída do presidente que foi acusado de corrupção⁵.

Os protestos no Equador também tiveram início no mês de outubro de 2019, assim como em vários outros casos aqui exemplificados. As manifestações ocorreram após o presidente Lenín Moreno adotar determinadas políticas econômicas e realizar uma reforma trabalhista.⁶

O Chile é exemplo de outro país que passou por manifestações populares, onde um aumento nas passagens no transporte público desencadeou uma onda de protestos em todo o país. O Chile é um país em que, assim como no Brasil, existem desigualdades de cunho político, econômico e social, de forma que o aumento na passagem pode significar um considerável aumento de gastos para a maioria das famílias chilenas. Dessa forma, sem o respectivo aumento na renda, isso inflamou ainda mais a população.⁷

⁴ APÓS 2 semanas de protestos, primeiro-ministro do Líbano renuncia ao cargo. BBC, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50225525>>. Acesso em 13 de abril de 2020.

⁵ Milhares de manifestantes entraram em confronto com a polícia nesta sexta-feira (11) em Porto Príncipe, no Haiti, após saques e uma tentativa de invadir a residência do presidente Jovenel Moïse. Esta foi uma das maiores manifestações em semanas para exigir a renúncia do presidente, e aconteceu um dia após a morte de um jornalista que cobria as manifestações. G1, 2019. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/11/haiti-tem-novo-dia-de-protestos-violentos-contra-presidente-apos-morte-de-jornalista.ghtml>>. Acesso em 13 de abril de 2020.

⁶ A decisão econômica de maior repercussão tomada pelo governo do Equador foi a acabar com o subsídio a combustíveis fósseis como a gasolina e o diesel. Isso causou um aumento nas tarifas de transporte público e em todos os produtos transportados por rodovias. Não podemos esquecer que o Equador tem uma longa história de proteção a esses subsídios por meio de movimentos sociais, especialmente indígenas outros governos tentaram acabar com o subsídio e terminaram ruindo ou as intensas manifestações os fizeram mudar de ideia. ACOSTA, Ana María. O protesto indígena popular que parou o Equador. Publica, 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/10/o-protesto-indigena-popular-que-parou-o-equador/>>. Acesso em: 13 de abril de 2020.

⁷ QUATRO pontos para entender os protestos no Chile. BBC, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50130830>>. Acesso em: 13 de abril de 2020.

Apesar de alguns exemplos citados não viverem numa dita democracia, eles estão lutando por mais inclusão e merecem, por isso, constarem no rol de nossos exemplos.

No presente trabalho, optamos por analisar a América Latina, pois todos os países dessa parte do continente americano possuem pontos convergentes na sua história: são pertencentes à terceira onda de redemocratização de Huntington e têm um passado em comum por terem sido colonizados por povos ibéricos, apesar das diferenças contextuais e culturais existentes em cada país.

De acordo com dados obtidos no Latino Barômetro, podemos perceber que o apoio à democrática vem caindo desde 2010.⁸ E esse apoio à democracia apresenta uma queda em toda a América Latina. Conforme dados analisados, em 2010, 63,3% dos entrevistados (na análise total de todos os países em conjunto) declararam que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. Esse valor foi decrescendo com o tempo: por exemplo, em 2015, apenas 57% dos entrevistados acreditavam que a democracia era preferível a qualquer outra forma de governo. Em 2018 (correspondente à última pesquisa divulgada), temos a maior queda nessa variável: apenas 47,8% dos entrevistados identificam que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.

Podemos perceber uma queda na adesão à democracia por parte da população. Tendo como base o ano de 2010, 63,3% dos entrevistados declararam que a democracia era preferível a qualquer outro regime e em 2018 o valor era de apenas 47,8%, uma queda correspondente a 15,5% pontos percentuais. Demonstrando de outra forma a crise na democracia que presenciamos hoje.

Este trabalho visa analisar quais os entraves ao desenvolvimento da democracia, analisando como as instituições devem atuar de forma que fortaleça o regime democrático. Para tanto, a pesquisa se centrou na análise dos dados do Latino Barômetro no período de 2010 a 2018 que compreende os processos de análise bibliográfica dos autores e inquirição de dados do Latino Barômetro. Com a observação dos dados do Latino Barômetro, identificamos certa convergência ao autoritarismo em toda a América Latina, tendo em vista que o apoio à democracia vem caindo desde 2010.

⁸CORPORAÇÃO LATINO BARÔMETRO. Informe 2010-2018. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>. Acesso em 14 de abril de 2020.

Iniciaremos o trabalho tratando de conceitos básicos do sistema democrático, analisando Benjamin Constant Edmond Burke, Nádía Urbuinati, Norberto Bobbio e muitos outros autores. Com a base teórica concluída, poderemos dar continuidade definindo quais os entraves impedem o desenvolvimento da democracia, com a análise de dados do Latino Barômetro sobre a qualidade da democracia.

O estudo da qualidade da democracia, ou até mesmo dos entraves ao desenvolvimento da democracia, é importante, pois ela é o nosso regime de governo e, como verificamos, está em crise. Assim, faz-se necessário entender as causas que a colocaram em tal situação, de forma que, conhecendo os motivos da derrocada, poderemos erigir a ascensão.

Utilizamos como metodologia do presente trabalho a pesquisa bibliográfica, com análise das obras de diversos autores. Outro método aplicado foi o quantitativo, com análise dos *surveys* do Latino Barômetro, analisamos as variáveis de: apoio a democracia, com análises da importância dos partidos e do Congresso Nacional, foram analisadas também as variáveis de renda e escolaridade, os dados foram analisados de forma agregada e .de bam como também de forma específica com comparações entre países da América Latina.

2. DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

2.1. Liberdade dos Antigos e Liberdade dos Modernos

Antes de adentrarmos nos entraves ao desenvolvimento da democracia, existem muitos temas que devem ser tratados. Começaremos, então, com Benjamin Constant e seu texto sobre a liberdade dos antigos e a liberdade dos modernos, no qual o autor faz uma análise entre as similaridades e diferenças das democracias ditas antigas e das democracias modernas.

Benjamin Constant faz uma análise entre a liberdade dos antigos e a liberdade dos modernos e, a partir dessa análise, supõe como o governo representativo moderno surgiu e em que se diferenciava das democracias que ocorreram na Antiguidade. Constant (1980) ressalta que, para os modernos, viver em liberdade significava que o indivíduo seria obrigado a obedecer aos ditames da lei. O indivíduo que obedece a lei não poderia, para os modernos, ser preso arbitrariamente ou até mesmo sofrer penas desumanas ou torturas. (CONSTANT, 1980, p. 2).

Nesse tipo de regime, a vontade de um indivíduo não é de nenhuma forma superior à lei. O regime dos modernos se resume ao império da lei, não podendo, portanto, um único indivíduo impor sua vontade aos demais, tendo em vista que a lei estaria constantemente acima de sua vontade.

Entretanto, os antigos entendiam a liberdade de outra forma: como o exercício de tomada de decisões realizadas de forma direta, ou seja, o próprio indivíduo tomava as decisões, não havia representantes de suas vontades. (CONSTANT, 1980, p. 2). Na prática, os antigos eram seus próprios representantes, pois exerciam o poder de forma direta, gerando um contraste com as práticas de liberdades dos modernos. Vejamos como Constant analisava os povos antigos:

Os antigos, como diz Condorcet, não tinham nenhuma noção dos direitos individuais. Os homens não eram, por assim dizer, mais que máquinas das quais a lei regulava as molas e dirigia as engrenagens. A mesma submissão caracterizava os belos séculos da república romana: o indivíduo estava, de certa forma, perdido na nação, o cidadão, na cidade (CONSTANT, 1980, p. 3).

Os povos antigos na coletividade funcionavam como as engrenagens de um relógio, cada um exercendo especificamente a sua função e submisso inteiramente aos demais, obrigados pelas leis e costumes. Em resumo, as posições entre os antigos e os modernos são diametralmente opostas. Para os antigos, o indivíduo, nas questões públicas, é independente e autônomo; já nas questões privadas, é

submisso, de forma que as leis e os costumes o obrigam a seguir determinados regimentos. Os antigos, na vida pública, ou na coletividade, podem decidir sobre a vida e a morte de alguém, têm poder em conjunto com os demais para instaurar um conflito ou permanecer em paz. Entretanto, na sua vida privada, não podem decidir sobre quase nada, devendo obedecer estritamente às leis e os costumes. Já para os modernos, a situação é oposta, são independentes em sua vida privada, podendo fazer tudo o que quiserem, desde que a lei não proíba, porém, são cativos em sua vida pública.

Constant (1980) nos fornece outra diferença crucial entre os antigos e os modernos, caracterizada pelo caráter bélico presente nos povos antigos. Toda a sua economia deriva da guerra. Como consequência de tamanha cizânia, existia escravidão, em que pessoas eram tomadas como espólio de guerra. A base da economia dos modernos, diferentemente dos antigos, é o comércio, e não a guerra:

A guerra é cada dia um meio menos eficaz de realizar seus desejos. Suas chances não oferecem mais, nem aos indivíduos, nem às nações, benefícios que igualem os resultados do trabalho pacífico e dos negócios regulares. Para os antigos, uma guerra feliz acrescentava escravos, tributos, terras, à riqueza pública e particular. Para os modernos, uma guerra feliz custa infalivelmente mais do que vale (CONSTANT. 1980, p. 5).

Dessa forma, o homem moderno inevitavelmente abandonou a política belicosa da guerra e passou para os mares calmos do comércio. Então, por meio do comércio, o homem consegue atingir patamares nunca atingidos pela guerra ou com o uso da força, pois para o comércio se usa a inteligência. Com isso, percebeu-se que é mais vantajoso praticar o comércio do que a guerra. Dessa forma, o homem sai da inconstância da guerra e entra para a constância mercantil.

A liberdade dos antigos é completamente diferente do que entendemos hoje por liberdade. Por exemplo, para os antigos, a sua opinião pessoal importava, eis que cada indivíduo participante da sociedade era ouvido (aqueles considerados cidadãos), nos tempos modernos elegemos representante e eles é que decidem não os indivíduos diretamente. Vejamos como Constant (1980) trata o tema de direitos políticos e liberdade para os antigos e os modernos:

O exercício dos direitos políticos somente nos proporciona pequena parte das satisfações que os antigos nele encontravam e, ao mesmo tempo, os progressos da civilização, a tendência comercial da época, a comunicação entre os povos multiplicaram e variaram ao infinito as formas de felicidade particular.

Conclui-se que devemos ser bem mais apegados que os antigos à nossa independência individual. Pois os antigos, quando sacrificavam essa independência aos direitos políticos, sacrificavam menos para obter mais;

enquanto que, fazendo o mesmo sacrifício, nós daríamos mais para obter menos.

O objetivo dos antigos era a partilha do poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria. Era isso o que eles denominavam liberdade. O objetivo dos modernos é a segurança dos privilégios privados; e eles chamam liberdade às garantias concedidas pelas instituições a esses privilégios (CONSTANT, 1980, p. 7).

Os antigos não possuíam representantes, de forma que decidiam pessoalmente suas querelas, e isso lhes dava muito poder político ao passo que diminuía a sua individualidade, eis que era apenas um partícipe de um conjunto maior. Decorre daí o sentido de liberdade dos povos antigos, que era o da divisão do poder entre cidadãos. Entretanto, os modernos dão muito valor à sua individualidade, e o sentido de liberdade para eles é conseguir de alguma forma a manutenção dessas garantias obtidas.

Segundo Constant (1980), o ser humano em tempos modernos possui os direitos e garantias que os antigos também possuíam. Entretanto, o nosso governo recebeu novos deveres. O governante não deve ser um déspota⁹, mas sim obedecer às leis e agir prudentemente. A liberdade dos modernos, entretanto, diverge da liberdade dos antigos, e essa diversidade acarreta numa estruturação do poder diferente para os antigos e para os modernos. Novamente, a questão é inversamente proporcional, de forma que quanto mais esforços os antigos destinavam aos seus direitos políticos, seja esse esforço temporal ou até mesmo físico, maiores liberdades acreditavam adquirir. Para os modernos, é diferente: o que de fato interessa é a vida privada em detrimento da política. Dessa forma, o homem moderno é mais livre quanto mais puder decidir sobre sua vida privada. Para que o homem moderno possa dedicar seu tempo à vida privada, surge o sistema representativo. Assim, somente alguns indivíduos seriam responsáveis pelas decisões e não toda a comunidade em assembleia, como era para os povos antigos (CONSTANT, 1980, pp. 12, 13 e 14).

2.2. Norberto Bobbio: representação política

Analisando o conceito de representação política apresentado por Bobbio (1998), no Dicionário de Política¹⁰, percebemos que, de forma simplista, é a capacidade dada a alguns indivíduos de gerir o poder político de forma que não

⁹ Para os antigos, não havia necessidade de o governante obedecer à lei, visto que os próprios representantes eram considerados a lei. Déspota também pode ser entendido como aquele que exerce autoridades arbitrárias ou absolutas, portanto, entendido como um tirano.

¹⁰ BOBBIO, Norberto, 1998.

venha a desempenhar diretamente o poder. Assim, segundo o supracitado autor, representação política é um aparato utilizado de forma que regule as relações entre representantes e representados:

O sentido da Representação política está, portanto, na possibilidade de controlar o poder político, atribuída a quem não pode exercer pessoalmente o poder. [...] poderíamos portanto definir a representação com um "mecanismo político particular para a realização de uma relação de controle (regular) entre governados e governantes. Devemos partir deste núcleo para esclarecer os vários aspectos (BOBBIO, 1998, p. 1102).

Bobbio (1998) divide a representação em três modelos, a saber: primeiro modelo, representação como delegação; o segundo modelo está relacionado à confiança e é, por alguns autores, denominado de fiduciário; já o terceiro modelo, tem base na representatividade sociológica e é intitulado como espelho.

O primeiro modelo, delegação, nada mais é do que o chamado mandato imperativo. Nesse tipo de representação, o representante não tem poder de decisão e deve apenas repetir tudo o que a ele foi delegado; é um modelo de representação característico da Idade Média, porém, hoje, ainda pode ser visto em relações internacionais (BOBBIO, 1998, p. 1102).

O segundo modelo dá mais autonomia ao representante, pois este percebe quais são as necessidades dos representados e busca satisfazê-las, é o tipo de representação debatido por Burke no discurso aos eleitores de Bristol, que trataremos logo abaixo (BOBBIO, 1998, p. 1102).

Edmund Burke, ao discursar para os eleitores de Bristol (na época, havia sido recentemente eleito a um cargo), definiu as diferenças entre mandato imperativo e mandato representativo. Segundo Burke, o mandato imperativo é aquele em que o representante é um mero repetidor de ideias e funciona mais como um porta-voz das demandas da região que o elegeu.

O mandato representativo é bem diferente. Neste tipo de mandato, o representante é ciente das demandas da região que o elegeu, mas não funciona apenas como um porta-voz delas; pelo contrário, ele deve se unir com outros representantes e, juntos, chegarem a um consenso de qual o melhor caminho a ser seguido, a escolha que deve ser dada como o melhor para todos, assim, não seria considerada apenas uma região. Tais abordagens de Burke (2012) se assemelham ao segundo modelo de representação debatido por Bobbio (1998) anteriormente (BURKE, 2012, p. 05).

O terceiro tipo de representação tratado por Bobbio (1998) é o chamado de espelho. O nome espelho não é por acaso: para este modelo, os representantes são como um reflexo da sociedade. Este modelo difere dos demais, que analisam a atuação individual de cada representante. O modelo de representação chamado de espelho analisa a atuação coletiva de todos os representantes em conjunto, sendo que eles correspondem a parcelas da sociedade (BOBBIO, 1998, p. 1102).

Dessa forma, levando em consideração o conjunto dos representantes e a sociedade a qual eles representam, deve ser definida qual parcela da sociedade será representada e que interesses estarão em jogo. Assim como a sociedade é múltipla e diversa, os representantes serão, também, múltiplos e diversos.

Mesmo sendo diversos os tipos de representantes, eles se unem em pontos centrais de debate. Dessa forma, surgem os partidos políticos de classes, como os partidos dos trabalhadores, dos agricultores, entre outros diversos partidos (BOBBIO, 1998, p. 1102,).

Do modelo do fiduciário se conclui a indicação da necessidade para os representantes, de uma certa margem de autonomia que lhes permita um fôlego de ação bem mais amplo do que permitiria a presença do mandato imperativo. O modelo do delegado nos dá, de sua parte, o elemento do vínculo ao qual fica sujeito, em qualquer hipótese, o representante. Sem tal elemento, a função da representação seria desnaturada, já que ele garante um certo grau de controle dos cidadãos sobre o poder político. Mas um modelo realista e atuável não pode desprezar inteiramente nem parcialmente a representação sociológica pois que, além de um certo limite, poderia ser colocado em crise todo o edifício da representação, se fosse atingido em sua legitimidade e credibilidade. Efetivamente, a representação-espelho parece responder às exigências de ordem simbólica e psicológica, que, em certos níveis e em certas situações, podem assumir notável importância. Por exemplo, os grupos pouco integrados, marginais de um sistema político terão necessidade não só de representantes que "zelem por seus interesses" mas ainda de representantes que, pelas suas características pessoais, neles se possam identificar e sentir-se "presentes" na organização política. (BOBBIO, 1998, p. 1104,).

Cada modelo tratado por Bobbio (1998) contribuiu de alguma forma para representação como a temos hoje. O modelo fiduciário traz uma autonomia maior de decisão ao representante, característica essencial da representação atual. O modelo delegado cria um elo entre representantes e representados, sem esse elo não existirá relação.

O que interessa para nosso trabalho é a representação política. De forma bastante pragmática, Bobbio (1998) a define como sendo uma representação eletiva, ou seja, um processo competitivo, em que estejam presentes alguns direitos

mínimos, como liberdade de expressão e sufrágio salvaguardados. Por meio deste processo, as pessoas competem por cargos eletivos (BOBBIO, 1998, p. 1104).

Nádia Urbinati, num artigo intitulado “O que trata a representação democrática?” Investiga de forma sucinta o que deve ocorrer para tornar a representação mais democrática, bem como dar vida às formas de controle e supervisão dos cidadãos, diferenciando democracia representativa de democracia eleitoral (URBINATI, 2006, p. 191).

O cerne da democracia representativa, segundo Urbinati (2006, p. 192), encontra-se na soberania popular, esse é o coração que faz pulsar a democracia representativa. Urbinati (2006) deixa claro que a democracia representativa não se configura necessariamente como uma substituta da democracia direta. A democracia representativa, segundo a supracitada autora, reinventa-se e se desenvolve continuamente.

A autora sustenta, ainda, que, em meados do século XVIII, surgiram os princípios essenciais para o surgimento do governo representativo, que foram criados com fulcro na elaboração de um governo mais responsável, assim, poderiam breçar a democracia e de certa forma até limitá-la (URBINATI, 2006, p.192).

No cerne da criação do governo representativo, tínhamos duas escolas de pensamento. Podemos diferenciar essas escolas da seguinte forma: a primeira tinha um viés elitista, na qual a representação se baseia no princípio da divisão do trabalho; entretanto, a segunda escola possuía um viés mais democrático, podemos dizer que essa escola tinha como base o consentimento, podendo de certa forma participar da elaboração das leis (URBINATI, 2006, p. 192).

A partir do século XVIII, os entendimentos sobre representação foram gradativamente mudando. Evoluíram de apenas uma delegação de tomada de decisões para um processo político que interliga sociedade e instituições.

Não é possível definir um governo efetivamente representativo somente porque nele houve eleições. Segundo Urbinati (2006, p. 193), a partir das eleições, podemos definir apenas que o governo é responsável e limitado, afinal, para ser representativo, é preciso mais do que eleições. A representação vai muito além do que um pacto entre representantes e representados.

Urbinati (2006, p. 195) defende que com o advento do processo eleitoral surgiram também dois movimentos, que se tornaram fundamentais para a democracia. Como primeiro movimento, temos a divisão entre sociedade e Estado;

já o segundo, foi à diferenciação ocorrida entre candidatos e as posições ou classes sociais que eles ocupam, dessa forma, dá-se um valor maior para as ideias dos políticos do que para seus papéis sociais.

Urbinati (2006, p. 195) defende que a representação não é apenas um acordo em que o representado delega poderes ao representante, também não é denominar um substituto a um soberano ausente.

Atualmente, as eleições são a forma democrática de se adquirir legitimidade política. Desde o momento em que este fato surgiu na sociedade humana, Estado e sociedade civil se uniram e não visam mais a separação. Entretanto, as nuances que separam um do outro e os seus modos de ação necessitam sempre de reajuste e negociação (URBINATI, 2006, p. 196).

Urbinati (2006, p.197) defende que a representação pode ser estudada sob a égide de três panoramas distintos: de forma jurídica, institucional e política. Cada uma delas se liga inclusive a um tipo de democracia em específico: a jurídica se liga e define a democracia direta, a institucional se liga e define democracia eleitoral, e a política se liga e define a democracia representativa.

A teoria jurídica define a representação como um acordo ou até mesmo um contrato. Nesse contrato, uma pessoa ou um grupo de pessoas delegam poder a outra de forma ilimitada e assim concedem permissão para que determinada pessoa tome uma atitude em seu nome (URBINATI, 2006, p. 198).

A eleição do representante no modelo jurídico é individualista e baseada nas características pessoais dos representantes, desconsiderando os projetos políticos. Para este modelo, a representação não é política e não precisa necessariamente ser justa, de forma que tudo está vinculado ao contrato e foi aceito.

A teoria institucional se assemelha bastante com a jurídica. De fato, as duas estabelecem que, numa balança entre Estado e sociedade, o primeiro seja bem mais forte. Nessas duas teorias, o papel da sociedade é somente determinar quais pessoas poderão tomar as decisões (URBINATI, 2006, p. 200).

Segundo Urbinati (2006), no sistema representativo, como o conhecemos, não é possível dizer que existe representação de fato. Em seu entendimento, o que existe é uma composição da vontade da nação e do povo, exatamente por isso não é representativo (URBINATI, 2006, p. 201).

A terceira corrente, diferente das demais que idealizam a representação de uma forma inerte, é vista de uma forma dinâmica. A representação para essa corrente não se limita a apenas deliberar sobre determinado tema em grupo, sendo muito mais que isso. Hannah Pitkin (1967) afirma que “a representação aqui significa agir no interesse dos representados, de uma maneira responsiva a eles”. (PITKIN, 1967, p. 201, apud URBINATI, 2006, p. 209).

Para essa teoria, da simples existência de um governo que conseguiu chegar ao poder por meio de eleições livres e que ocorrem regularmente, nasce uma união entre a dita sociedade política e a civil.

Podemos dizer que, numa sociedade dita democrática e representativa, não somente a sociedade política participa da representação. Sociedade civil (representada por cidadãos e movimentos sociais) e a sociedade política (representada pelos partidos políticos) participam e fazem a representação.

3. PARTIDOS POLÍTICOS E DEMOCRACIA

Partido político é toda e qualquer união de pessoas em sociedade, que existem orbitando a esfera do poder político e possuem o intuito de angariar o mesmo (BOBBIO, 1998, p. 898).

Segundo a famosa definição de Weber, o Partido político é "uma associação... que visa a um fim deliberado, seja ele 'objetivo' como a realização de um plano com intuitos materiais ou ideais, seja 'pessoal', isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente". (BOBBIO, p. 898, 1998).

A análise de Weber sobre partidos políticos, conforme vimos acima, é motivada pela obtenção do poder político. Devemos deixar claro também que, para o surgimento dos partidos políticos, foi necessário que a sociedade se desenvolvesse bastante, de forma que o povo obteve o direito de gerir o poder político, e, para a melhor gestão do poder político, indivíduos se unem em organizações, dando início aos primeiros partidos.

Em termos gerais, pode-se dizer que o nascimento e o desenvolvimento dos partidos estão ligados ao problema da participação, ou seja, ao progressivo aumento da demanda de participação no processo de formação das decisões políticas, por parte de classes e estratos diversos da sociedade. Tal demanda de participação se apresenta de modo mais intenso nos momentos das grandes transformações econômicas e sociais que abalam a ordem tradicional da sociedade e ameaçam modificar as relações do poder. É em tal situação que emergem grupos mais ou menos amplos e mais ou menos organizados que se propõem a agir em prol de uma ampliação da gestão do poder político a setores da sociedade que dela ficavam excluídos ou que propõem uma estruturação política e social diferente da própria sociedade.

Mesmo que a insatisfação com os partidos tenha se tornado comum, eles ainda atuam em outras frentes, organizam a agenda, definem quem serão os candidatos. Dessa forma, ainda que os partidos estejam mais fracos, não quer dizer que isso pode ser avaliado de forma generalizada, pois em algumas frentes continuam fortes (MANIN, 2013, p. 2).

Partidos políticos não atraem fidelidade duradoura de eleitores. Nas pesquisas, a porcentagem de pessoas que se identificam a um partido decresceu; outro fator são os eleitores que mudaram de voto em eleições sucessivas, embora

essa mudança de votos seja entre partidos não muito distantes no espectro político; há, ainda, o fato de eleitores que decidem em quem vão votar durante a campanha ou no dia da eleição, por não terem um vínculo forte com o partido em que estão votando (MANIN, 2013, p. 2).

A diminuição na fidelidade partidária não significa necessariamente que os partidos estão obsoletos. Eles continuam sendo extremamente importantes e, apesar de enfraquecidos, controlam o jogo político, por exemplo, definindo quem serão os candidatos em determinada eleição. As pessoas fiéis a um partido diminuiram em proporção, mas ainda existem. Há áreas em que os partidos não perderam força, ou até mesmo se fortaleceram, como é o caso de política parlamentar e campanhas eleitorais (MANIN, 2013, p. 2).

Bernard Manin explica que, em países mais desenvolvidos, são as combinações entre partidos que comandam o funcionamento dos governos, não são combinações efêmeras entre parlamentares de maneira individual que mantêm o sistema unido, mas sim os partidos. Analisando dessa forma, notamos que partidos ainda possuem muita força e importam para a democracia (MANIN, 2013, p. 2).

Outra força não perdida pelos partidos, conforme já exemplificado acima, é a indicação de candidatos a cargos eletivos. A lista de candidatos a deputados ou vereadores de cada partido é decidida de modo interno. Assim, uma figura de fora terá mínima ou nenhuma chance de pelo menos concorrer a um mandato eletivo. Quem oferece os candidatos aos eleitores são os partidos, depois de escolherem especificamente quais serão esses candidatos, o que ainda dá muita força aos partidos. Dessa forma, mesmo quando uma figura não pertencente a nenhum partido é eleita, ela se defronta com todo um sistema que foi eleito pelos partidos e acaba sem ter muito o que fazer (MANIN, 2013, p. 3).

Analisando essa ótica de diminuição do poder dos partidos dentro do parlamento, percebemos que lá eles pouco perderam poder. Parlamentares trabalham em grupo como unidades coesas. Eles obtêm diversas vantagens dessa atuação, por exemplo, os parlamentares que participam desses grupos são indicados para cargos comissionados, e ganham poder sobre a agenda e mais recursos; outra vantagem obtida por esses grupos é que ajudam na aprovação de projetos de leis do interesse deles (MANIN, 2013, p. 3).

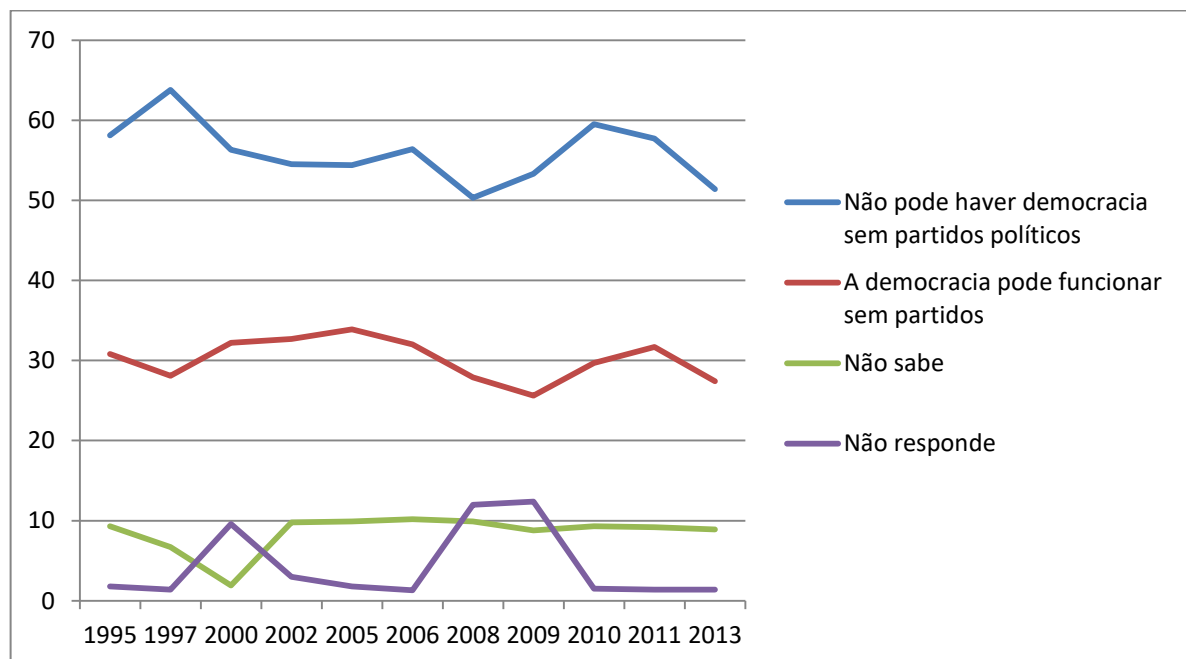
Outro local em que os partidos ainda são fortes é nas votações dos projetos de lei no parlamento, que é definida por alinhamento partidário. Os parlamentares,

em sua maioria, permanecem ligados ao mesmo grupo político por bastante tempo. Esse é a forma mais segura encontrada para permanecer sendo candidato em vários pleitos. Podemos dizer que outro ponto em que os partidos ainda são fortes é na formação dos gabinetes parlamentares. Diante de toda essa força, é possível afirmar que o cerne do executivo ainda está nas mãos dos partidos (MANIN, 2013, p. 3).

Toda essa união cidadã permite que as decisões políticas estejam nas mãos dos partidos, então, mesmo enfraquecidos, ainda são muito fortes. Essa união pode se mostrar vantajosa ou desvantajosa ao partido, pois devido a ela os eleitores podem atribuir a responsabilidade por uma política, decisão ou lei a um partido específico. Assim, será vantajoso ou desvantajoso ao partido dependendo da opinião dos eleitores em relação à decisão política (MANIN, 2013, p. 3).

Os partidos ainda são bastante fortes no âmbito das campanhas eleitorais, pois cada vez mais os partidos gastam recursos e contratam profissionais de diversos tipos. Uma parte dos teóricos não vê como sinal de fortalecimento esses avanços na campanha, mas sim como enfraquecimento devido ao fato de que esses emolumentos distanciam do modelo de partidos de massas (MANIN, 2013, p. 3).

Gráfico 1. Importância dos partidos para a democracia na América Latina



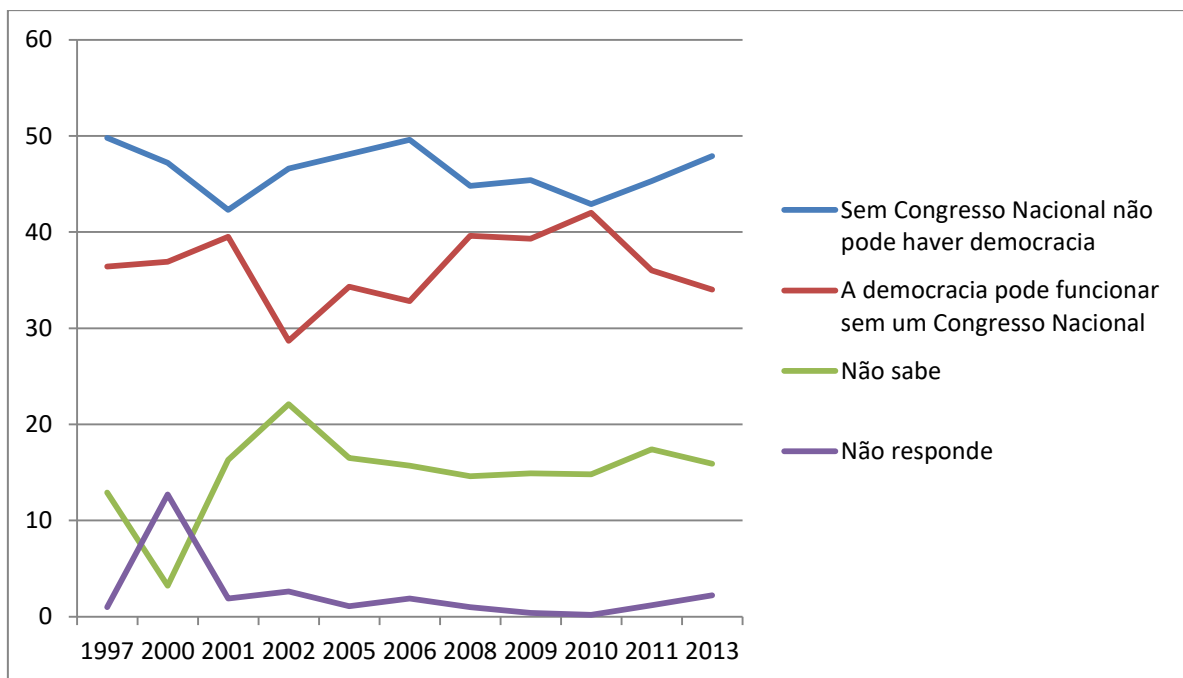
Fonte Latino Barômetro

Com a análise do gráfico, podemos verificar um enfraquecimento gradual nos partidos políticos, visto que a sua importância vem caindo paulatinamente no

decorrer do tempo. Entretanto, conforme Bernard Manin(2013) afirma em seu artigo, apesar do enfraquecimento, os partidos ainda continuam bastante importantes e podemos auferir esta importância analisando o gráfico e percebendo que mais da metade da população considera que não pode haver democracia sem partidos políticos.

Analisando numa ótica macro, a filiação partidária tem diminuído como um todo nas democracias. Manin(2013) faz uma correlação dessa diminuição com o nível de desenvolvimento socioeconômico, de forma que democracias mais economicamente desenvolvidas têm um índice de filiação partidária menor. Com a diminuição da fidelidade partidária, exige-se dos partidos uma postura proativa. Todos os partidos têm uma base de eleitores fiéis, de forma que, na medida em que o número de eleitores filiados diminui em todos os partidos, aumenta-se o número de eleitores sem partido nenhum de forma que o eleitorado disponível aumenta automaticamente (MANIN, 2013, p. 4).

Gráfico 2. Congresso Nacional e Democracia – América Latina

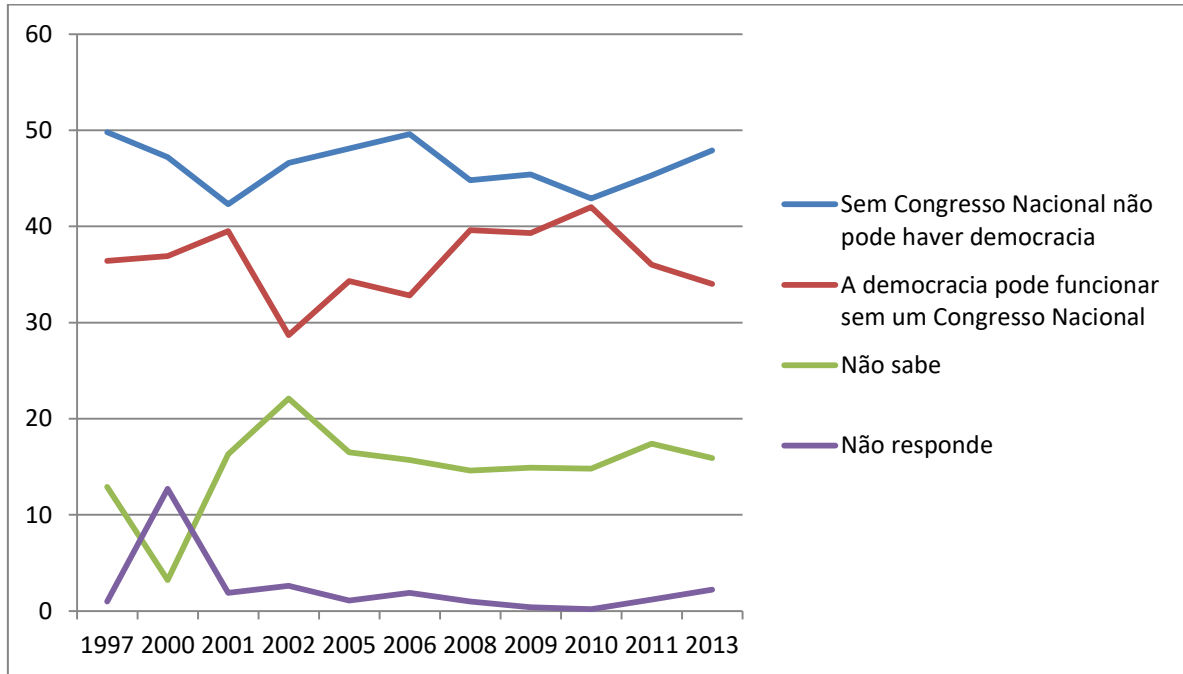


Fonte Latino Barômetro

O gráfico acima corresponde a um *survey* do Latino Barômetro em que a pergunta era se podia ou não haver democracia sem um Congresso Nacional. Corroborando com a ideia de que partidos ainda são importantes, podemos ver que a grande parte da população acredita que não pode existir democracia sem um Congresso Nacional, denotando mais uma vez a importância dos partidos e do

Congresso Nacional. Quando analisamos esta mesma variável, mas levando em conta especificamente o Brasil, o cenário é completamente diferente.

Gráfico 3. Congresso Nacional e Democracia – Brasil



Fonte Latino Barômetro

No Brasil, existe uma perigosa polarização entre as pessoas que acreditam não ser possível existir democracia sem o Congresso Nacional e as que acreditam que pode haver democracia sem ele. Quando levamos em consideração a América Latina como um todo, a diferença entre essas variáveis era grande. Na última pesquisa do Latino Barômetro em que foi perguntado sobre o tema, na América Latina como um todo, para 24,4% da população, a democracia pode funcionar sem o Congresso Nacional; já para 52,7% da população, acredita não ser possível existir democracia sem o Congresso Nacional, ou seja, é mais que o dobro. O cenário do Brasil é deveras perigoso, pois para 34% da população é possível existir democracia sem a existência do Congresso Nacional, causando uma polarização na sociedade que, conforme veremos mais adiante, é bastante prejudicial para democracia.

O modo de tomada de decisão dos eleitores desvinculados a partidos políticos é diferente dos que são vinculados, o que muda toda a regra do jogo. Eleitores vinculados a partidos votam no seu partido, a menos que tenham algum motivo forte para não o fazerem. Entretanto, eleitores desvinculados de partidos políticos não votam duas vezes no mesmo partido em pleitos diferentes, a não ser

que tenham um motivo para tal. Assim, a lógica muda e as estratégias também (MANIN, 2013, p. 5).

Alguns autores afirmam que a diminuição da fidelidade partidária pode até mesmo fortalecer os partidos políticos, pois eles estão mais proativos e mais rápidos do que eram antes. A fidelidade partidária forte é uma característica da chamada democracia de partidos. Nesse tipo de democracia, os partidos eram uma forma de integração social, e os grupos que participavam de cada partido eram divergentes entre si, por exemplo, existia o grupo cristão, de trabalhadores e interagem dentro de seu próprio partido.

Atualmente, vivemos em outro tipo de democracia, com características diferentes. Porém, mesmo os eleitores desvinculados de partidos que existem hoje, ainda os utilizam para determinados objetivos.

Indivíduos não vinculados a partidos vão às urnas votar numa determinada eleição quando percebem que algo de muito importante está em jogo numa eleição ou quando imaginam uma disputa eleitoral acirrada. Os eleitores desvinculados de partidos políticos têm os partidos como ferramentas que podem ou não serem utilizadas (MANIN, 2013, p. 5).

O motivo pelo qual eleitores votam nas eleições mais disputadas ou nas que envolvem questões importantes é a sensação de que seu voto está fazendo a diferença no processo decisório. Entretanto, isso não significa dizer que fazem uma escolha racional do voto, pensando em benefícios e prejuízos. Muitas vezes, cidadãos sem vínculo partidário votam para deixar um recado, expressar sua opinião.

Hoje, os partidos fazem uma aproximação entre a população e os ocupantes de cargos públicos, e os eleitores desvinculados também utilizam os partidos como emissores de uma mensagem. Por exemplo, quando um parlamentar como o Tiririca é eleito como o mais votado em determinado estado, o que eleitor quer com isso é passar uma mensagem. Mensagem esta de insatisfação com a classe política.

Uma das características fundamentais da democracia de partido é que ela se organiza de forma que eles são uma unidade fundamental da vida política. Os partidos são como um estrato da sociedade, reverberam todas as divisões sociais e culturais presentes na sociedade.

Cada divisão social forma grupos, que se ligam por fidelidade. O partido, por ser uma representação desses grupos, acolhe membros e se aproveita da

fidelidade. Assim, nesse tipo de sistema representativo, como o próprio nome nos indica (democracia de partido), os partidos são essenciais para o funcionamento de todo o sistema (MANIN, 2013, p. 5).

Na democracia de público, os partidos estão mais enfraquecidos do que nas de partido, entretanto, ainda desempenham papéis importantes. A fidelidade partidária entre eleitor e partido é diminuída: cada vez menos pessoas são filiadas a partidos. Os partidos têm que buscar os votos de eleitores não filiados em cada pleito eleitoral, sendo, assim, nesse tipo de sistema, ferramentas utilizadas por eleitores sem filiação, a seu critério de escolha e dependendo do caso (MANIN, 2013, p. 5).

Com a democracia de público, houve também um aumento na participação política não institucionalizada. Primeiramente, devemos definir esse termo, que é a população que participa de abaixo assinado, de protestos. Esse movimento tem crescido no mundo todo e é bem mais difícil de ser analisado do que as eleições, por exemplo.

Manin (2013) acredita que organizações como os movimentos sociais da década de 60, que eram caracterizadas por serem antissistema, normalizaram-se, acabaram sendo aglutinadas aos sistemas representativos e, hoje, fazem parte de seu funcionamento (MANIN, 2013, p. 6).

Ainda tratando do tema, Manin (2013) afirma que a participação política não institucionalizada possui características que a definem e diferenciam das demais formas de participação política. A participação política não institucionalizada ocorre na forma de protestos e podemos citar como exemplos greves, manifestações ocorridas em Hong Kong pró-democracia, manifestação dos estudantes com o corte de verbas na educação. Deve ser notado que cada movimento ocorreu por determinadas circunstâncias e acontecimentos, e que as pessoas que participam de tais movimentos não o fazem por fidelidade a partidos, mas sim por sentirem que devem fazê-lo, a oportunidade de fazer surgiu, bem como a necessidade de ser feito.

A outra característica que Manin (2013) aborda vem da análise desses movimentos, por exemplo: os manifestantes em Hong Kong querem mais democracia, os estudantes aqui no Brasil querem mais dinheiro para a educação, ou seja, cada circunstância gera problemas específicos, e tais movimentos surgem para

tratar dessas questões específicas, cada questão vai gerar a união de determinados grupos específicos de ativistas.

A terceira característica é que, com essas manifestações, os participantes interferem na tomada de decisões ao pressionarem diretamente quem de fato toma as decisões. A relação criada nesse tipo de política não institucionalizada é analisada por alguns autores como uma evidência de crise na representação (MANIN, 2013, p. 5).

Segundo Manin(2013), a democracia representativa sofreu mudanças com o aumento da participação política não institucionalizada. Estudos realizados por Han-DieterKlingerman e DieterFuchs indicam que o aumento desse tipo de participação não significa necessariamente um desgosto com a democracia. Segundo eles, essa mudança ocorreu dentro das estruturas do sistema democrático, de forma que tais reivindicações não abalam a estrutura das democracias (MANIN, 2013, p. 6).

Para Pipa Norris, a participação política não institucionalizada traz um benefício para as democracias representativas. Com formas alternativas de obtenção de atenção, os cidadãos têm cada vez mais meios de terem suas necessidades atendidas, isso acaba por alavancar as democracias. (MANIN, 2013, p. 6). Segundo Manim (2013), no governo representativo, os representantes não têm poder para substituir completamente os representados, estes permanecem com o direito de serem ouvidos a qualquer tempo (MANIN, 2013, p. 6). Sobre o tema, vejamos Benjamin Constant:

Finalmente é direito de todos exercer alguma influência sobre a administração do governo, seja elegendo todos os governantes ou governantes específicos, seja por meio de representações, petições, demandas às quais as autoridades são mais ou menos compelidas a dar atenção". (CONSTANT, 1980, p. 4).

Podemos inferir pelos princípios do governo representativo que os anseios dos cidadãos têm que causar intervenção nas decisões políticas. Entretanto, existe uma lacuna nos princípios, pois eles não estabelecem exatamente o quanto os anseios dos cidadãos podem resultar nas decisões políticas, a representatividade implica em dizer que os anseios serão atendidos, mas não o quanto nem mesmo como. De forma que aos representantes não está estabelecido qual grau de importância deve ser dado aos anseios dos representados por meio de protestos.

É importante frisar que, para Manim (2013), as discussões e teorias políticas giram em torno da democracia Schumpeteriana, na qual os cidadãos escolhem

regularmente entre elites, mantendo-se quietos no meio-tempo, e a democracia participativa, em que os cidadãos tomam decisões políticas em todos os momentos. Fazer a distinção entre esses dois tipos pode ser instrutivo, mas exclui a democracia representativa que não é nenhum deles (MANIN, 2013, p. 7).

4. A RUÍNA DA DEMOCRACIA

Levitski e Ziblat alertam que a ruína da democracia é um processo moroso e paulatino, como ocorre com um pilar de concreto dentro do mar, não será de um dia para o outro que a força da maré conseguirá derrubar o pilar de concreto. A estrutura de ferro que dá sustentação ao pilar, com o passar do tempo, irá oxidar e o pilar virá a ruir, assim ocorre com a ruína de uma democracia, de dentro para fora, bem nas suas estruturas, com um processo lento e gradativo (LEVITSKI e ZIBLAT, 2018, p. 13-20).

O paradoxo trágico da via eleitoral para o autoritarismo é que os assassinos da democracia usam as próprias instituições da democracia – gradual, sutil e mesmo legalmente – para matá-la. (LEVITSKI e ZIBLAT, 2018, p. 20).

A ruína da democracia ocorre quando seus atores não respeitam as regras do jogo democrático. Como exemplo, o desrespeito às regras do jogo que coloca em xeque a democracia, segundo Levitski e Ziblat, ocorre quando há falta de condescendência com relação aos rivais ou antagonistas, ou seja, quando não há transigência ou respeito mútuo entre opositores. Segundo os autores, ocorrerá problema também quando não houver reserva institucional ou quando os atores políticos não a utilizem de forma regrada. Esses dois fatores criam uma polarização deveras perigosa para a democracia (LEVITSKI e ZIBLAT, 2018, p. 234).

No entanto, estamos preocupados. Os políticos norte-americanos agora tratam seus rivais como inimigos, intimidam a imprensa livre e ameaçam rejeitar o resultado de eleições. Eles tentam enfraquecer as salvaguardas institucionais de nossa democracia, incluindo tribunais, serviços de inteligência, escritórios e comissões de ética. Os estados norte-americanos, outrora louvados pelo grande jurista Louis Brandeis como “laboratórios de democracia”, correm o risco de se tornar laboratórios de autoritarismo, à medida que os que estão no poder reescrevem regras eleitorais, redesenham distritos eleitorais e até mesmo rescindem direitos eleitorais para garantir que não perderão. E em 2016, pela primeira vez na história dos Estados Unidos, um homem sem nenhuma experiência em cargos públicos, com aparente pouco compromisso no que diz respeito a direitos constitucionais e dono de claras tendências autoritárias foi eleito presidente. (LEVITSKI e ZIBLAT, 2018, p. 13).

Os autores desenvolvem uma teoria em seu livro de como líderes autoritários podem chegar ao poder numa democracia de forma legítima. Caso o país esteja

passando por problemas econômicos, um líder autoritário pode se aproveitar disso e evocar áureos tempos em que não existia a crise, ou até mesmo incutir a ideia de que ele pode retirar o país dela. Fato que ocorreu na Alemanha quando Hitler se tornou Chanceler (LEVITSKI e ZIBLAT, 2018, p. 108).

Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder. Alguns desses líderes desmantelam a democracia rapidamente, como fez Hitler na sequência do incêndio do Reichstag em 1933 na Alemanha. Com mais frequência, porém, as democracias decaem aos poucos, em etapas que mal chegam a ser visíveis. (LEVITSKI e ZIBLAT, 2018, p. 15).

Parte interessantíssima do livro, e não analisada no presente trabalho, diz respeito às características que um líder autoritário possui. Inclusive, fica como sugestão para pesquisa: “O autoritarismo de Bolsonaro”, segundo Levitski e Ziblat. Segundo os autores, líderes autoritários geralmente apresentam as seguintes condutas: não respeitam as regras do jogo. Conforme já vimos, líderes autoritários não respeitam seus opositores, permitem que ocorra violência em seus governos, ou até mesmo são agentes causadores dela, não permitem que haja liberdade de expressão e são contra a mídia. Líderes autoritários, ao adotarem qualquer uma dessas práticas, acabam por colocar em xeque as instituições democráticas. Para eles todo o sistema de freios e contrapesos é tido como um limite a execução de seu poder. (LEVITSKI e ZIBLAT, 2019, p. 90-92).

Abaixo iremos comparar a atitude de diversos ditadores com relação a críticos a seus governos, dessa forma podemos constatar que a forma é sempre a mesma partir ao ataque dos críticos, até mesmo elencando mentiras no intuito de desacreditar os críticos. Assim, dessa forma, ao desacreditarem os críticos os chamando de comunistas ou até mesmo de terroristas, tudo que for feito contra esses mesmos críticos por parte dos líderes autoritários estará justificado. Justamente por isso quando um líder autoritário chega ao poder ele intrinsecamente gera a polarização.

Hugo Chávez descreveu seus oponentes como “porcos rançosos” e “oligarcas esqueléticos”. Como presidente, chamou seus críticos de “inimigos” e “traidores”; Fujimori ligava seus oponentes ao terrorismo e ao tráfico de drogas; e o primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi atacou juizes que decidiam contra ele chamando-os de “comunistas.” (LEVITSKI e ZIBLAT, 2019, p. 89).

Muitos cidadãos nem mesmo percebem quando os líderes autoritários começam a colocar suas peças em jogo. Analisam a situação da perspectiva que tudo está normal, logo existem eleições, os jornais funcionam, ainda existe oposição. Entretanto como já dissemos a ruína da democracia é lenta e gradual, e muitas vezes dada com passos aparentemente inofensivos. As atitudes dos governantes autoritários inicialmente até que padecem de legalidade, aprovadas pelo Congresso ou a corte de justiça suprema do país. A aparente normalidade das atitudes dos governantes autoritários se deve apenas por não analisarmos o panorama completo, pois ao fazermos isso descobrimos que cada ação aparentemente ínfima tinha uma razão de ser, só compreendida ao ter a ideia do panorama completo. (LEVITSKI e ZIBLAT, 2019, p. 90-92).

Outra característica comum a governantes autoritários é a captura do que Levitski e Ziblat chamam de “árbitros” que nada mais são do que juízes da suprema corte de cada país. Ao ter esses juízes em suas mãos, estarão completamente seguros de não passarão por questionamentos, nem mesmo na esfera constitucional e conseguem uma arma muito forte de ataque contra seus oponentes e críticos. (LEVITSKI e ZIBLAT, 2019, p. 96).

A atitude a ser tomada com seus oponentes primeiramente é a tentativa de comprá-los, seja com favores ou concessão de cargos. Não sendo possível a compra partem para uma estratégia mais suja. Diferentemente de ditadores do século XX como Stalin que simplesmente mandava matar seus oponentes, os autoritários modernos usam técnicas menos extremas e com um véu de legalidade, como a destruição de reputação na internet, ou a perseguição política. (LEVITSKI e ZIBLAT, 2019, p. 98).

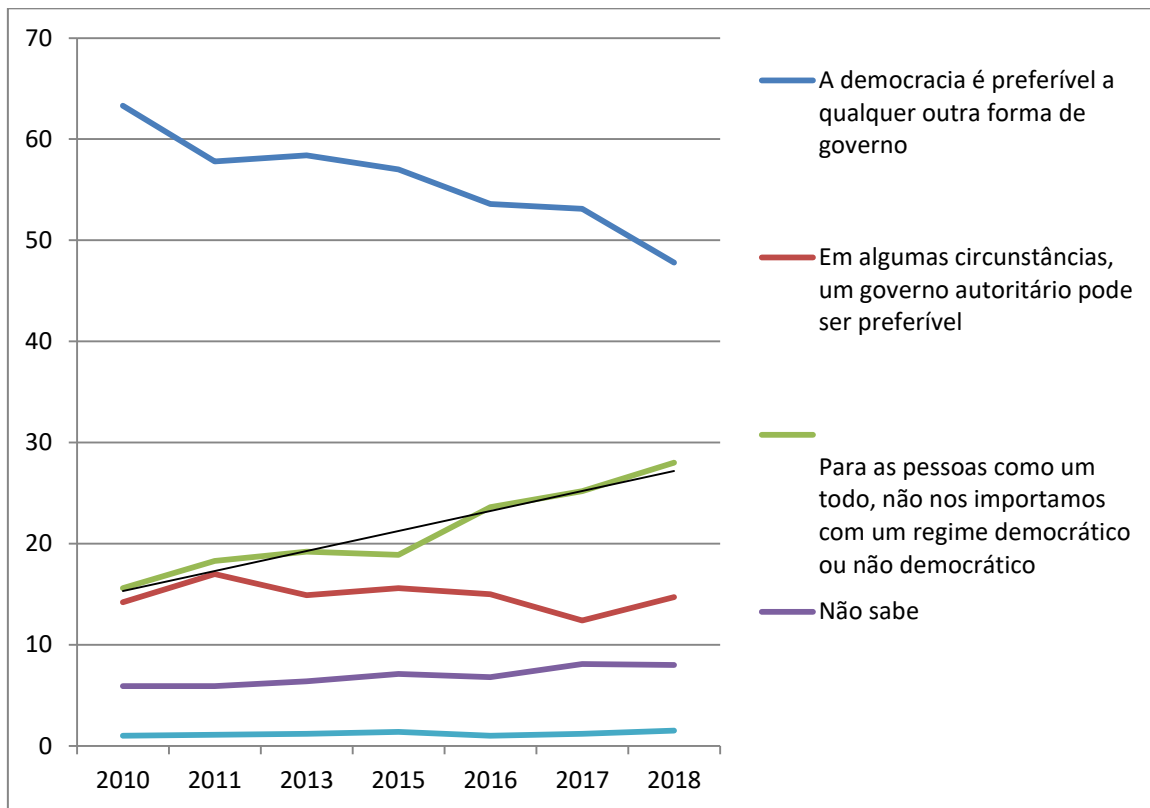
Levitski e Ziblat não apresentam apenas os problemas ou as causas dos problemas na democracia, eles também propõem soluções a esses problemas. Para os autores, a polarização política deve ser combatida, pois ela funciona como uma erva daninha para a democracia. Os autores analisam a questão sob o prisma dos Estados Unidos e identificam a grande desigualdade social como um problema (nada diferente da nossa realidade) e políticas de amparo social e de diminuição das desigualdades sociais são fundamentais para a implementação de uma democracia forte, pois esse tipo de política pública termina por diminuir a polarização (LEVITSKI e ZIBLAT, 2018, p. 252).

São entraves às democracias modernas líderes autoritários que, ao não respeitarem seus opositores, e não respeitarem as regras do jogo democrático, colocam em risco todo o sistema democrático. Conforme analisaremos por meio de gráficos, um maior nível de apatia ou indiferença da população com relação ao sistema democrático é um fator para a ascensão de líderes autoritários. A representação passa pelo fato de que os cidadãos têm que acreditar na democracia, afinal, se eles não acreditam, qualquer pessoa serve, principalmente um líder autocrático. Tornando a democracia irrelevante.

Segundo Levitski e Ziblat, outro entrave ao desenvolvimento de uma democracia é a grande desigualdade social, ou seja, o abismo que existe entre as pessoas mais ricas e as pessoas mais pobres numa sociedade, a desigualdade gera polarização e esta enfraquece a democracia (LEVITSKI e ZIBLAT, 2019, p. 254).

Segundo Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2019), existem pesquisas afirmando que períodos contínuos de democracia, cumulativamente acompanhados de períodos de desenvolvimento econômico e aumento de riqueza de uma forma geral, correlacionam-se com um aumento na democracia, gera mais participação acarretando mais tolerância política. Outro argumento dado pelos autores é que a ocorrência de períodos de democracia com desenvolvimento econômico faz surgir o que os autores chamam de “coesão democrática”, acarretando na criação de um chamado “sistema de crenças”, em que, nesse sistema, as atitudes dos atores políticos convergem para sustentar os princípios democráticos (FUKS, CASALECCHI, RIBEIRO, 2019, p. 2).

Gráfico 4. Apoio à Democracia na América Latina, referente aos anos de 2010 a 2018



Fonte Latino Barômetro

O gráfico foi obtido tendo como base os dados do Latino Barômetro, com a variável da percepção do apoio à democracia nos países da América Latina como um todo. Tomemos como base o ano de 2010. Dessa forma, podemos identificar a grande maioria das pessoas entrevistadas acreditam que a democracia é a melhor forma de governo, tendo em vista que preferem ela a qualquer outra forma de governo, perfazendo o total de 63,3% das pessoas entrevistadas.

No levantamento feito apenas um ano após o anterior, ou seja, no ano de 2011, já podemos notar uma leve queda nas pessoas que preferem a democracia a qualquer outra forma de regime, houve uma queda de 5,5 pontos percentuais nesse quesito. Podemos notar também juntamente com o decaimento supracitado, um leve aumento nas tendências autoritárias, tendo em vista que as pessoas que acham que um governo autoritário é preferível a uma democracia subiu de 14,2% na pesquisa anterior para 17% nessa pesquisa.

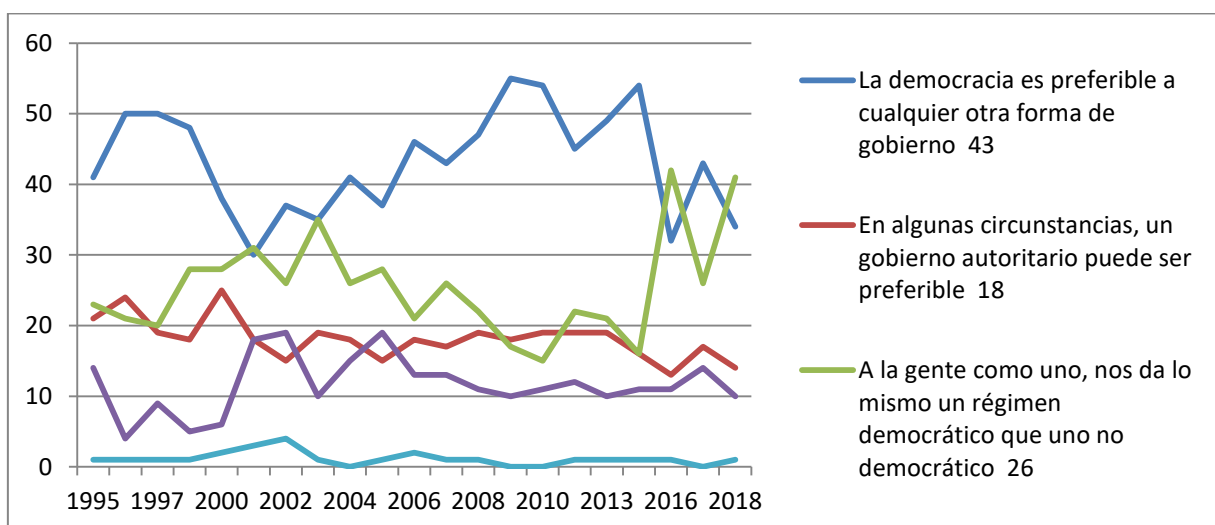
Mediante a análise do gráfico, podemos auferir novamente uma queda nas pessoas que acreditam que a democracia é preferível a qualquer outro regime no ano de 2016. Nesse período, houve um declínio de 4,2%. Observamos também que

a tendência ao autoritarismo apresentada anteriormente não se repetiu. O índice que subiu nesse período foi o de certa apatia da população, pois houve um aumento no número de pessoas que não se importam em que tipo de regime vivem.

Analisando o último ano, 2018, (último ano em que foram disponibilizados os dados no Latino Barômetro): aqui, podemos perceber de fato o declínio do apoio à democracia, na América Latina como um todo. Ao compararmos os dados obtidos em 2010 com esses de 2018, poderemos perceber que o percentual de pessoas que acreditavam que a democracia é preferível a qualquer regime declinou em 15,5% pontos percentuais, foi de 63,3% para 47,8%. Outro fenômeno que também pode ser observado é o aumento da apatia da população com relação ao regime democrático. Podemos notar que a parcela da população que é indiferente à democracia cresceu de 15,6%, em 2010, para 28%, em 2018, o número quase dobrou evidenciando um certo desinteresse da população da América Latina em geral com a democracia.

Partindo para uma análise mais específica vejamos o caso do Brasil, analisando esta mesma variável de apoio a democracia. Como veremos no gráfico logo abaixo, a situação em que se encontra o Brasil foge da queda ao apoio a democracia apresentada na América Latina como um todo. O quadro que se apresenta no Brasil é de forte oscilação entre apoio a democracia ou não com o passar dos anos.

Gráfico 5 Apoio à Democracia no Brasil, referente aos anos de 1995 a 2018.



Fonte Latino Barômetro

Santos (2020, p.5 - 7), ao analisar esses dados elaborou três hipóteses para elucidar o comportamento de forte oscilação apresentado no Brasil, diferente do anteriormente visto na América Latina: primeiramente Santos ponderou que a variação poderia indicar algum erro na obtenção de dados por parte do Latino Barômetro; posteriormente o autor pondera que no Brasil é incipiente o apoio a democracia, que não a vimos como um valor; e a última possibilidade elencada pelo autor é a de que indivíduos se vêem como suprimidos do regime/processo político. Santos acaba concluindo que o Latino Barômetro é uma instituição consolidada na coleta de dados em toda a América Latina. Exatamente por isso, não deve ter errado ao coletar dados descartando essa hipótese. A segunda hipótese era a de que no Brasil não há apoio a democracia como um valor, o que nos leva a crer que se não apoia a democracia automaticamente é apoiador de regimes autoritários. Entretanto ao analisarmos o gráfico percebemos que no Brasil a variável de apoio a democracia aumenta e diminui e a variável de que em algumas circunstâncias um governo autoritário é preferível se mantém praticamente constante. Restando apenas a terceira hipótese para justificar o gráfico, que é a de que pessoas se vêem como excluídas do processo político, isso é a mesma apatia com relação a política já analisada no gráfico da América Latina, para essas pessoas tanto faz se o regime é democrático ou não, pois estão excluídas dele de qualquer forma. Segundo Santos, para essa parte da população é a de que o regime político democrático só serve aos poderosos, somente eles obtêm vantagens e portanto administram o poder em seu próprio benefício.

Para melhor analisarmos esse fenômeno da apatia ou da indiferença em relação a democracia, devemos levar em consideração a escolaridade do indivíduo. Nesta diapasão a variável escolaridade e apatia ou indiferença são inversamente proporcionais, ou seja, quanto menor for o índice verificado de escolaridade, maior é o índice de apatia e de indiferença ao regime democrático. (SANTOS, 2020, p.8).

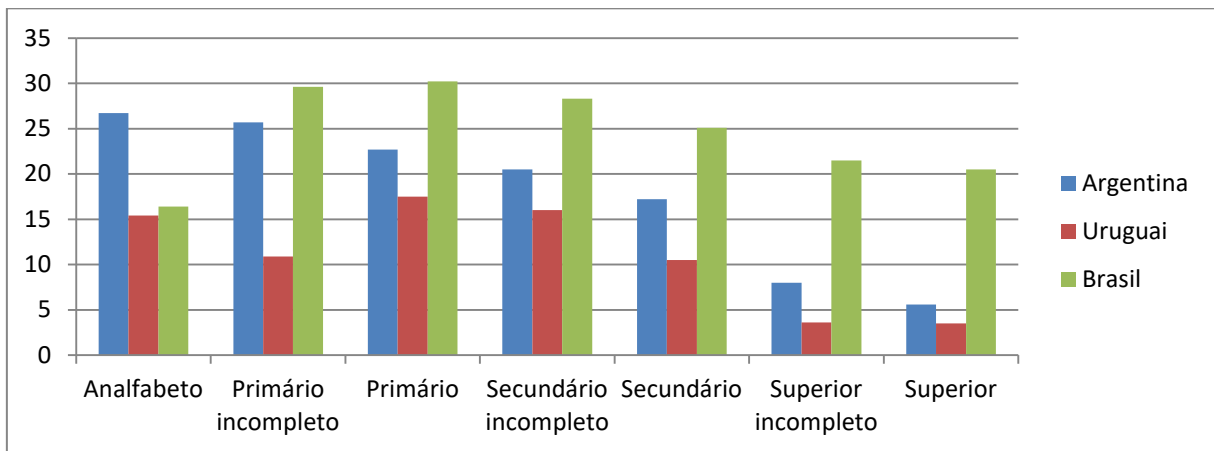
Tabela 1 indiferentes com relação a democracia e nível de escolaridade.

Indiferentes por escolaridade							
País	Analfabeto	Primário incompleto	Primário	Secundário incompleto	Secundário	Superior incompleto	Superior
Argentina	26,7	25,7	22,7	20,5	17,2	8	5,6
Bolívia	26,7	26,1	25	22	25,1	20,8	18,7
Brasil	16,4	29,6	30,2	28,3	25,1	21,5	20,5
Chile	28,4	14,6	16	23,8	23,7	19,3	18,2
Colômbia	7,5	30,9	38,9	28,6	28,2	15,5	12,8
Costa Rica	27,5	20,5	21,3	23,7	18,4	13,5	7,9
República Dominicana	21,4	28	31,6	36,2	30	17,1	13,9
Equador	16,7	19,2	19,9	20,1	15,6	12,1	16,2
El Salvador	38,8	41,4	44,6	56,9	43,5	26	33,5
Guatemala	25,6	32,5	29,2	27,6	35,8	25,5	10,3
Honduras	41,3	40,5	44,1	45,1	36,6	60,2	20,7
México	46,4	47,7	39	44,4	33,9	21,5	16,4
Nicarágua	29,1	32,6	34,3	42,6	30,8	42,8	18,3
Panamá	31,7	24,1	35,6	34,5	25,3	16,7	18,7
Paraguai	9,9	29,2	22,9	17,9	17,1	8,5	7,8
Peru	21,5	25,4	29,3	33,3	33,4	20,2	24,3
Uruguai	15,4	10,9	17,5	16	10,5	3,6	3,5
Venezuela	7,1	20	12,3	13,6	11	9,5	7,1

Fonte: SANTOS, 2020, p.8 e Latino Barômetro

Por esta tabela conseguimos perceber que existe 3 tipos de situações que se apresentam na América Latina. Na primeira forma a distribuição é aleatória e independe do grau de escolaridade, na segunda forma de distribuição temos uma relação inversamente proporcional entre escolaridade e indiferença, nesse caso quanto maior a escolaridade menor a indiferença; a terceira forma de distribuição é aquela em que quanto maior o nível de escolaridade maior também o nível de indiferentes, ou seja, é uma relação de proporcionalidade. No gráfico abaixo temos a relação de escolaridade e indiferença na população nos países Argentina, Brasil e Uruguai para percebermos a diferença de situação entre esses países.

Gráfico 6 Indiferentes e o nível de escolaridade na população de Argentina Brasil e Uruguai.



Fonte: SANTOS, 2020, p.8 e Latino Barômetro

Em países como a Argentina e o Uruguai percebemos que quanto mais escolaridade mais existe apoio e suporte a democracia pois a apatia diminui, vejamos na Argentina o percentual de indiferentes quando se tem o nível de Superior incompleto é de 8% e quando se tem o superior completo é de 5,6 %, o Uruguai apresenta índices ainda menores, o índice de indiferentes com superior incompleto é de apenas 3,6% e com o superior completo é de ínfimos 3,5%. Infelizmente no Brasil o fenômeno não se repete. O que observamos aqui é que o nível de escolaridade não se reflete em apoio à democracia. No Brasil quanto maior o grau de escolaridade não significa necessariamente menor indiferença. A simples análise do gráfico nos mostra que o percentual de indiferentes mesmo com superior completo ou incompleto no Brasil permanece elevado. Chega a ser mais de 20%. (SANTOS, 2020, p.8).

Conforme Levitski e Ziblat trataram em como as democracias morrem, devemos dar especial atenção para o nível de apatia e indiferença da população em relação a democracia como já tratamos no trabalho. Entretanto há outro fenômeno que não devemos desconsiderar que é até mesmo ainda mais importante, devemos analisar agora o autoritarismo. Faremos uma análise do autoritarismo em comparação com a variável nível de escolaridade na América Latina.

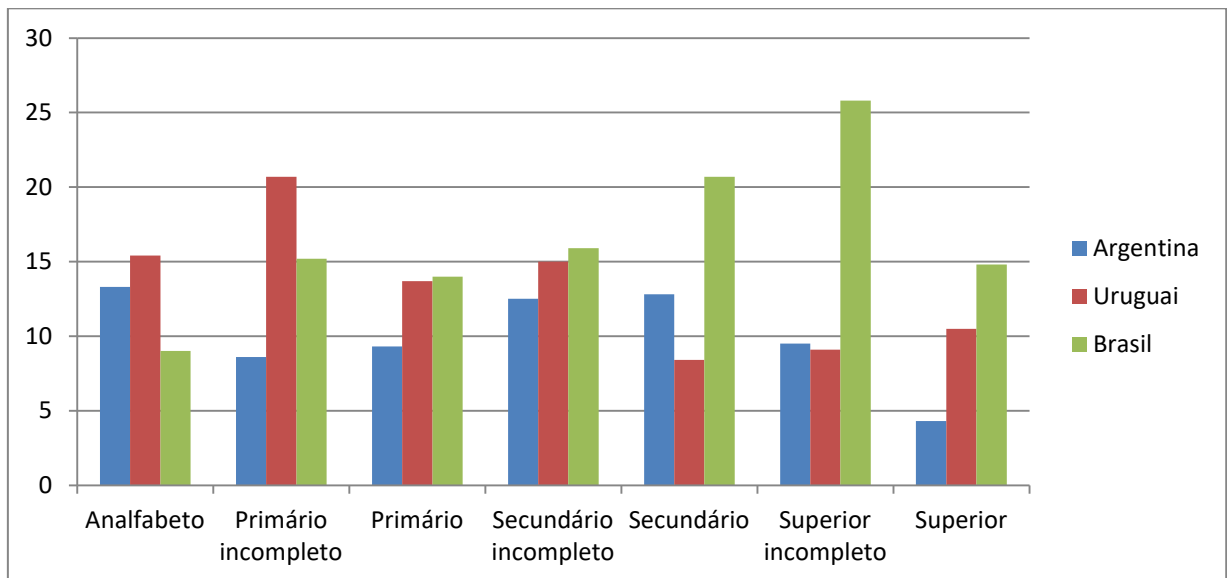
Tabela 2 Autoritarismo e nível de escolaridade na América Latina

Autoritarismo e nível de escolaridade							
País	Analfabeto	Primário incompleto	Primário	Secundário incompleto	Secundário	Superior incompleto	Superior
Argentina	13,3	8,6	9,3	12,5	12,8	9,5	4,3
Bolívia	4,4	9,6	2	10,5	13,7	10,8	10,7
Brasil	9	15,2	14	15,9	20,7	25,8	14,8
Chile	-	11,6	14,2	17,4	17,1	16,2	14,8
Colômbia	4,3	6	3,8	10,9	11	12,2	11,1
Costa Rica	10	9,1	9	12,4	9,6	7,7	10,3
República Dominicana	10,7	9,7	13,8	12,8	11,9	14,6	11,1
Equador	-	11,5	10,2	11,4	11,3	14,4	7,5
El Salvador	10,3	12,7	8,8	10,9	15,8	9,9	9,7
Guatemala	13,9	15,2	15,1	25,3	26	16,7	28,4
Honduras	11,8	12,9	11,4	5,1	7	4,9	11,5
México	8,3	7,4	12,5	11	21,5	16,5	15,5
Nicarágua	5,1	6,5	9,6	8,5	11,6	14,4	11
Panamá	6,7	16,7	9,7	12,7	12,5	7,4	12
Paraguai	29,7	19,5	12,4	27,2	17,2	13,7	14,8
Peru	6,5	11	15,5	12,9	18	21,9	15,5
Uruguai	15,4	20,7	13,7	15	8,4	9,1	10,5
Venezuela	-	2,5	6,1	6,4	7,1	6,9	5,3

Fonte: SANTOS, 2020, p.10 e Latino Barômetro

Novamente aqui percebemos três grupos divergentes de países. Existem aqueles que quanto maior o nível de escolaridade menor será o número de autoritários, ou seja uma relação inversamente proporcional. Nesse grupo encontramos a Argentina, Costa Rica, Equador, Paraguai e Uruguai. Existe ainda os que apresentam uma distribuição regular entre o número de autoritários e o nível de escolaridade. Nesse grupo encontramos o Chile, República Dominicana, El Salvador, Honduras, México e Venezuela, Panamá e por ultimo existe aqueles países em que quanto maior o nível de escolaridade maior será o número de autoritários evidenciando uma excessiva e perigosa polarização na população, nesse grupo encontramos o Brasil, Bolívia, Colômbia Guatemala, Nicarágua e Peru.

Gráfico 7 Autoritários e o nível de escolaridade na população de Argentina Brasil e Uruguai.



Fonte: SANTOS, 2020, p.10 e Latino Barômetro

Nesse gráfico podemos perceber a situação preocupante em que se encontra o Brasil. Enquanto para Argentina e Uruguai quanto maior o nível de escolaridade menor é o número de autoritários, no Brasil ocorre justamente o contrário, quanto maior o nível de escolaridade maior também é o nível de autoritários. O percentual de indivíduos autoritários com nível superior incompleto mais alto de toda a América Latina, se encontra no Brasil. Esses dados demonstram que o Brasil está no grupo de países da América Latina mais propenso a aceitar um governo autoritário. Este dado é assustador e conforme já explicitado por Levitski e Ziblat pode acarretar na ruína da democracia. (SANTOS, 2020, p.10).

Segundo Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2019), para se fortalecer regimes democráticos, é necessário que ocorra legitimidade política. Deveria existir, segundo os autores, um patamar mínimo de preferência pela democracia para garantir a estabilidade do regime, e vemos no gráfico que a preferência pela democracia na América Latina apenas regrediu com o passar dos anos, deixando-nos a mercê de um futuro de instabilidades (FUKS, CASALECCHI, RIBEIRO, 2019, p. 2).

Fuks, Casalecchi e Ribeiro, afirmam que anos ininterruptos de democracia, cumulado com anos de altos níveis de riqueza e desenvolvimento econômico, está intrinsecamente associado a um maior nível de apoio à democracia, bem como associa-se a maiores índices de participação e tolerância política. Os autores afirmam ainda que fatores contextuais da realidade de cada país importam tanto

para entender e explicar a conjuntura democrática e ações tomadas, bem como também importa para a criação do que eles chamam de “sistema de crenças democrático”, para eles nesse sistema todas as atitudes afluem para o respaldo dos princípios democráticos. (FUKS, CASALECCHI, RIBEIRO, 2019, p. 2).

A metodologia aplicada no trabalho de Fuks, Casalecchi e Ribeiro foi a de substituir a variável de adesão democrática por um já intitulado “sistema de crenças”, que nada mais é do que um conjunto de princípios democráticos, os princípios escolhidos foram: eleições livres e competitivas, participação política, independência e separação de poderes, estado de direito e tolerância política, tais princípios foram escolhidos por serem basilares para os regimes democráticos. Os autores acharam mais proveitoso analisar não somente a variável prefere a democracia ou um regime autoritário, eles foram mais a fundo e analisaram a opinião do indivíduo com relação ao apoio ou não esse dito “sistema de crenças”. (FUKS, CASALECCHI, RIBEIRO, 2019, p. 3).

A hipótese trabalhada pelos autores é a de que o nível de escolaridade em que se encontra o indivíduo e o nível de interesse por política desse mesmo indivíduo são variáveis essenciais para se mensurar a coesão do dito “sistema de crenças democrático”. Os autores afirmam ainda que variáveis do ambiente em que se encontra o indivíduo também são importantes, como por exemplo a modernização do país em que o indivíduo vive. Países da chamada modernização tardia como o Brasil apresentam mobilidade social menor, bem como tem níveis de educação inferiores, isso acaba por gerar um círculo vicioso que tolhe possibilidades de avanço, e não fortalece ao sistema de crenças democrático. Por último a qualidade da democracia e ainda a quantidade de anos sem quebras de regime democrático o Estado possui também interferem no na coesão com o sistema de crenças democrático. (FUKS, CASALECCHI, RIBEIRO, 2019, p. 4-7).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi realizar uma análise da democracia, bem como quais entraves impedem o seu pleno desenvolvimento. Buscando sempre trazer à luz obras publicadas sobre o tema, além da análise de dados obtidos no portal Latino Barômetro. Assim, fazendo um amálgama entre a teoria e a realidade vivida nas democracias da América Latina.

Ao decorrer deste estudo, trabalhamos sempre com o tema democracia, de forma que fosse possível entender o que é uma democracia. E, posteriormente, analisar que problemas impedem o seu desenvolvimento. Ao longo deste trabalho, foram eleitos diversos argumentos de possíveis entraves ao desenvolvimento de uma democracia. Através das análises aqui realizadas, sejam elas obtidas por meio da leitura de obras aclamadas ou da aferição de dados obtidos no Latino Barômetro, pretende-se compreender que falar dos entraves da democracia nos leva tanto ao passado, na sua origem, quanto no presente no atual panorama em que a encontramos, traçando uma linha de raciocínio que apresenta os entraves atuais da democracia.

O trabalho foi dividido em capítulos que objetivaram conceituar o tema e, posteriormente, trazer à luz os problemas vividos pelas democracias atuais. Ao passo em que nos foram apresentados os argumentos sobre os problemas pelos quais passam a democracia, também foram apresentados gráficos com a opinião da população que vive nos países da América Latina, corroborando com os argumentos levantados, de forma que podemos constatar o quão atual e relevante é a pesquisa. Constatou-se que tais pesquisas contribuíram e contribuirão para alargarmos nossos horizontes e, assim, nessa conformidade, estarmos atentos e não apenas observarmos a realidade bestializados utilizando o termo do historiador José Murilo de Carvalho¹¹.

O exercício aqui desenvolvido girou em torno de analisar a democracia, de maneira que pudéssemos dissecar suas vísceras e identificar seus vícios. Por exemplo, alguns autores afirmam que a crise na representação vivenciada hoje,

¹¹ A República não era para valer. O discurso bonito do Estado não condizia com a realidade. Quem percebia isso não era bestializado. "Bestializado era quem levasse a política a sério, era o que se prestasse a manipulação (...) Quem apenas assistia, como fazia o povo o Rio por ocasião das grandes transformações realizadas a sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra [gozador, espertalhão]." (p. 160). Carvalho. José Murilo de. 1939- Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi / José Murilo de Carvalho. - São Paulo : Companhia das Letras. 1987.

deve-se ao fato de que os partidos políticos perderam força. Em nossa análise, observamos que os partidos políticos perderam força e um pouco de relevância, mas que essa perda não foi determinante para a crise na representação, pois os partidos continuam muito importantes. Na pesquisa atual sobre o tema realizada pelo Latino Barômetro, mais de 50% da população da América Latina acredita ser impossível viver numa democracia sem partidos políticos, reforçando a ideia de que partidos ainda são muito importantes. Outro dado a ser analisado nesta questão é que numa democracia os candidatos são escolhidos primeiramente dentro do próprio partido e só posteriormente são disponibilizados ao escrutínio da população através do voto.

Questão outra analisada no presente texto foi a emergência de líderes autoritários que colocam em risco o sistema democrático. Esses líderes podem se aproveitar de toda uma conjuntura para chegar ao poder de forma legítima e daí então ruir os pilares que sustentam a democracia. Líderes autoritários podem se aproveitar de uma eventual crise econômica e justificar sua ascensão ao poder, pois em seu julgo, é único capaz de retirar o país da crise.

Pudemos observar, também, que um certo nível de apatia, inércia social ou desinteresse pela democracia pode acabar desencadeando na eleição deste líder autoritário. Ao assumir o poder, o líder autoritário não respeita as regras do jogo democrático, levando o país a uma polarização que coloca em risco a democracia do país.

Vislumbra-se, portanto, que pensar em tais estudos bibliográficos para os tempos atuais nos auxilia diretamente na compreensão de mundo e importância de se entender a realidade em que vivemos e que perigos rondam o nosso sistema democrático. De sorte que, alertados de tais perigos, estejamos vigilantes para que nossa democracia não tome uma derrocada, seguimos o provérbio bíblico 22:3, do Livro dos Provérbios: O prudente percebe o perigo e busca refúgio; o incauto, contudo, passa adiante e sofre as consequências.

Por fim, o trabalho nos fornece a possibilidade de analisar e compreender, através de meios quantitativos e qualitativos os entraves a democracia. Ainda existem muitos trabalhos a serem realizados com respeito a esse tema. Dessa pesquisa, emergem incontáveis outras maneiras e possibilidades de se analisar as ideias aqui estabelecidas, alimentando pesquisas vindouras e possibilitando alargarmos cada vez mais nossos horizontes de saberes.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

BOBBIO, Norberto, 1909. Dicionário de política / Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

BURKE, Edmund. Discurso aos eleitores de Bristol. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 97-101, Nov.2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782012000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em setembro de 2020.

CONSTANT, Benjamin. **De la Libertè cliez lês Modernes**. Tradução de Loura Silveira. Le Livre de Poche Collection Pluriel. Paris, 1980.

FUKS, Mario; CASALECCHI, Gabriel Avila; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Determinantes contextuais da coesão do sistema de crenças democrático: evidências a partir da América Latina. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 28, p. 7-32, Apr. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010333522019000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 de setembro 2020. Epub June 03, 2019. <https://doi.org/10.1590/0103-335220192801>.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar. 2018.

MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 97, p. 115-127, nov. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002013000300008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000300008>.

SANTOS, Anderson Christopher dos. Condições Estruturais Para uma Democracia mais Participativa: Leitura dos Dados do Latinobarômetro (1995-2017). **Revista NAU Social** - v.10, n.19, p. 171-189 Nov 2019 / Abr 2020. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/nausocial/article/viewFile/33929/19667>. Acesso em 03 de setembro de 2020.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática. **Lua Nova**. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a07n67>>. Aceso em 10 de agosto de 2020.

Sites de notícias

ACOSTA, Ana María. O protesto indígena popular que parou o Equador. **Publica**, 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/10/o-protesto-indigena-popular-que-parou-o-equador/>>. Acesso em: 13 de abril de 2020.

APÓS 2 semanas de protestos, primeiro-ministro do Líbano renuncia ao cargo. **BBC**, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50225525>>. Acesso em 13 de abril de 2020.

CORPORAÇÃO LATINO BARÔMETRO. Informe 2010-2018. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>. Acesso em 14 de abril de 2020.

Haiti tem novo dia de protestos violentos contra presidente após morte de jornalista. **G1**, 11 de out. de 2019. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/11/haiti-tem-novo-dia-de-protestos-violentos-contra-presidente-apos-morte-de-jornalista.ghtml>. Acesso em: 16 de dezembro de 2019.

Líbano tem mais um dia de manifestações contra os políticos. **IstoÉ**, 20 de out. de 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/libano-tem-mais-um-dia-de-manifestacoes-contra-os-politicos/>. Acesso em: 16 de dezembro de 2019.

Manifestação pede permanência da Catalunha na Espanha. **G1**, 20 de out. de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/20/manifestacao-pede-permanencia-da-catalunha-na-espanha.ghtml>. Acesso em: 16 de dezembro de 2019.

Medidas do governo da Índia geram protestos e acusações de autoritarismo. Gazeta do povo, 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/governo-india-lei-cidadania-internet-caxemira-protestos/>>. Acesso em: 11 de abril de 2020.

Paquistão realiza manifestações por Caxemira. **IstoÉ**, 30 de ago. de 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/paquistao-realiza-manifestacoes-por-caxemira/>. Acesso em: 16 de dezembro de 2019.

Protestos em Hong Kong: o que está acontecendo no território, explicado em 3 minutos. **BBC**, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50457821>>. Acesso em: 11 de abril de 2020.

Protestos em Hong Kong em 2019–2020. **Wikipédia**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_em_Hong_Kong_em_2019. Acesso em: 16 de dezembro de 2019.

Protestos no Equador continuam; indígenas rejeitam diálogo pedido por Lenín Moreno. **G1**, 11 de out. de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/11/protestos-no-equador-continuam-indigenas-enviam-carta-com-pedidos-ao-governo-de-lenin-moreno.ghtml>. Acesso em: 16 de dezembro de 2019.

Protestos tomam a Catalunha após condenação de líderes separatistas. **El País**, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/14/internacional/1571042788_418131.html. Acesso em 13 de abril de 2020.

Quatro pontos para entender os protestos no Chile. **BBC**, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50130830>. Acesso em: 13 de abril de 2020.

SILVEIRA, Henrique Martins da. Protestos no Chile: o que está acontecendo? **Politize**, 31 de out. de 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/protestos-no-chile/>. Acesso em: 16 de dezembro de 2019